



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638528 - MG (2021/0001040-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANDRE LUIS CERINO DA FONSECA E OUTROS
ADVOGADOS : SÉRGIO LUIZ DE ALMEIDA PEDROSO - SP074389
ANDRÉ LUÍS CERINO DA FONSECA - SP225178
THIAGO FELÍCIO DE OLIVEIRA LIMA - SP400794
AMANDA BORGES MARUYAMA - SP414506
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : DOUGLAS FERNANDES LOPES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS FERNANDES LOPES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Hc n. 1.0000.20.572306-7/000).

O paciente encontra-se cautelarmente segregado em razão de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto cometimento dos delitos descritos no art. 33 da Lei n. 11.343/06.

Alega o impetrante que a decisão que converteu a prisão em preventiva carece de fundamentação idônea, uma vez que descreve genericamente a necessidade de manutenção da medida extrema, baseada na gravidade abstrata do delito, sem demonstrar que a liberdade do paciente colocaria em risco a ordem pública.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, no mérito, a concessão da ordem, para que o paciente possa responder ao processo em liberdade. Subsidiariamente, pugna pela aplicação de medidas cautelares diversas da restrição de liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que proferida a decisão impugnada de forma fundamentada e embasada nos elementos dos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente